

Artigos de Temas Livres / *Free Thematic Articles*

Política social na América Latina:
ensaio de interpretação a partir da
Teoria Marxista da Dependência / *Social
Policy in Latin America: essay of interpre-
tation form the Marxist Theory of
Dependency*

BEATRIZ PAIVA*

MIRELLA ROCHA**

DILCEANE CARRARO***

Resumo: O presente artigo resulta de uma análise crítica sobre a configuração da política social na América Latina, a partir de seu terreno histórico no âmbito do modo capitalista de produção: seus determinantes estruturais sob a insígnia da dependência e da superexploração da força de trabalho nos países periféricos. O exame proposto considera a totalidade das relações sociais de produção no capitalismo, de modo que nos apropriamos, portanto, de categorias e conceitos próprios do materialismo dialético e do pensamento crítico e teórico Latino-Americano, especialmente alinhado a partir da Teoria Marxista da Dependência.

Palavras-chave: América Latina, Política Social, Teoria Marxista da Dependência.

Abstract: This article results from a critical analysis of the setting of social policy in Latin America, from its historic ground under

* Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos IELA/UFSC. E-mail: beapaiva@gmail.com

** Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos IELA/UFSC. E-mail: mirellafr@gmail.com

*** Acadêmica do Mestrado em Serviço Social da UFSC. Pesquisadora do Instituto de Estudos Latino-Americanos IELA/UFSC. E-mail: dilceanec@gmail.com

the capitalist mode of production: its structural determinants under the badge dependency and *overexploitation* of the workforce in underdeveloped countries. The proposed analysis considers the totality of social relations of production in capitalism, so that we take categories and concepts of dialectical materialism and Latin American social thought, especially aligned from the Marxist Theory of Dependency.

Key words: Latin America, Social Policies, Marxist Theory of Dependency.

Introdução

Quando o século XXI chega ao fim de sua primeira década, a conjuntura político-econômica da América Latina segue plena de contradições. Em curso cada vez mais veloz e ampliado, a acumulação de capital torna o horizonte da igualdade e da liberdade inatingível, na medida em que o acesso do povo¹ ao usufruto da riqueza coletivamente construída mantém-se aprisionado sob o signo da negação e da impossibilidade.

Agora, em tempos de *crise estrutural do capitalismo*, em que centenas de bilhões em recursos públicos são destinados ao setor privado pela *salvação do sistema*, de forma muito mais imperiosa renova-se a agenda da acumulação, em detrimento dos compromissos com a satisfação das necessidades humanas em escala de massas.

Ao considerarmos as particularidades do sistema capitalista periférico na América Latina e o conseqüente agravamento das condições de reprodução material da existência de grande maioria dos povos latino-americanos, é mister afirmar que, à aludida

¹ Ao utilizarmos *massas* ou *povo* como categorias analíticas nesse artigo, referimo-nos ao conceito marxiano de *classe trabalhadora*, porém, de modo essencialmente latino-americano, numa caracterização inspirada na enorme massa de camponeses, indígenas e pobres do campo e da cidade, condenados à invisibilidade e à negação próprias da condição periférica do capitalismo nestas latitudes.

racionalidade econômica, somam-se dificuldades estruturais no âmbito do Estado capitalista dependente, para a concretização do necessário projeto coletivo radicalmente democrático e genuinamente popular.

Nesse sentido, sendo notória a vinculação do Serviço Social com os processos de formulação, gestão e execução de políticas sociais, é emergente pensar criticamente as determinações fundamentais do acesso ao direito social no continente, com o objetivo de trabalhar com mais propriedade os argumentos técnico-políticos atinentes às inevitáveis disputas que se processam neste cenário.

Diante do exposto, o presente artigo resulta de uma análise crítico-dialética da política social na América Latina, considerando seu terreno histórico no tocante ao modo capitalista de produção, e seus determinantes estruturais sob a insígnia da dependência e superexploração da força de trabalho, próprias dos países periféricos. Assim, o ensaio de interpretação ora proposto conta com o aporte do pensamento teórico-social crítico latino-americano, especialmente Ruy Mauro Marini, Agustín Cueva, Darcy Ribeiro e Alcira Argumedo.

Ademais, cabe referenciar que nossa perspectiva de análise se dedica a refletir sobre a política social para além da sua versão de coadjuvante na coesão social e no amortecimento do conflito de classes, tão somente instrumentalizada pelo Estado capitalista. Para tanto, buscamos seu deciframento no âmbito do processo de reprodução social no contexto do capitalismo periférico latino-americano, bem como sua articulação contraditória com o mundo do trabalho e, principalmente, como resultado da luta de classes na busca pela satisfação das necessidades humanas das massas e garantia dos seus direitos.

Dependência: acumulação capitalista desde a periferia

O modo de produção de determinada sociedade compõe-se de um conjunto de relações sociais que se estabelecem entre as classes. A partir dessa base material - a soma das forças produtivas que os indivíduos estabelecem uns com os outros, instauradas historicamente a partir da natureza -, o homem se cria e é criado como ser social. Nessa perspectiva, os homens constroem suas relações sociais no terreno da história, não sob quaisquer circunstâncias, mas sob aquelas com que se defrontam diretamente, transmitidas pelo passado. (MARX, 1978). Tal é a determinação fundamental da vida humana no curso do desenvolvimento de suas forças produtivas, presente no momento da expansão do capitalismo para o mercado mundial, conforme análise de Marx (2007):

Hay que hacerse cargo de que las nuevas fuerzas productivas y relaciones de producción no se desarrollaron a partir de la nada, ni del aire, ni de las entrañas de la idea que se pone a sí misma; sino en el interior del desarrollo existente de la producción y de las relaciones de propiedad y contraponiéndose a ese desarrollo y esas relaciones. Si en el sistema burgués acabado cada relación económica presupone a la otra bajo la forma económico-burguesa, y así cada elemento puesto es al mismo tiempo supuesto, tal es el caso con todo sistema orgánico (MARX, 2007, p. 219-220).

Assim, o processo de produção que se estabelece no que se denomina *países atrasados* deve ser entendido como expressão de uma dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, que no momento de sua expansão subsume todos os elementos da nova sociedade aos ditames do capital. Está dado, desse modo, o processo em que *a história engole a história para produzir outra história*: a história do subdesenvolvimento da América Latina na história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Para decifrar esse processo, as pistas de Ribeiro (2007) são fundamentais. Desejando que seus estudos atingissem leitores

“mais ambiciosos no plano da compreensão e mais exigentes no plano da ação, porque predispostos a entender para atuar e atuar para compreender” (RIBEIRO, 2007, p. 15), desenvolve uma série de estudos que pretendem investigar o processo de formação dos povos americanos, sobre as causas do seu desenvolvimento desigual e sobre as perspectivas de auto-superação que se abrem aos ditos *atrasados*. Sua análise demonstra que as diferenças de desenvolvimento das sociedades modernas não se explicam como etapas de um processo de evolução, unilinear e irreversível, comum a todas as sociedades humanas. Observado o processo de desenvolvimento histórico da América Latina, nota-se que não há uma reiteração cíclica de estágios de desenvolvimentos, conforme aponta:

O subdesenvolvimento é, na verdade, o resultado de processos de atualização histórica só explicável pela dominação externa e pelo papel constritor das classes dominantes internas, que deformam o próprio processo de renovação, transformando-o de uma crise evolutiva num trauma paralisador. Desenvolvendo-se dentro desse enquadramento, a maioria das nações americanas evoluiu como estruturas atualizadas. Primeiro, ao se integrarem no capitalismo mercantil como formações coloniais de vários tipos; depois ao se incorporarem ao imperialismo industrial como áreas neocoloniais (RIBEIRO, 2007, p. 41).

O *progresso*, portanto, não pode ser caracterizado como resultante especial da evolução do *atraso*. O fato das nações latino-americanas terem sido plasmadas a partir de sua inserção no mercado capitalista mundial, como economias mercantis produtoras de bens de exportação, evidencia que, embora subdesenvolvimento e desenvolvimento possam parecer processos independentes, são processos constitutivos de uma mesma lógica de acumulação capitalista em escala global, qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade. O antagonismo e a complementaridade referem-se às contradições tão absurdas quanto reais, que conformam a força do conjunto do sistema sobre a desigualdade das partes que o formam.

Trata-se de um processo histórico comum, reflexo da integração e posterior participação dos atualmente conhecidos como *países subdesenvolvidos* na expansão mundial do sistema capitalista. Marx (1984) já indicara que a descoberta, a conquista e a colonização destes países foram importantes para o desenvolvimento do nascente capitalismo. Diz ele que:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista (MARX, 1984, p. 285).

Desse modo, ao analisar a *assim chamada acumulação primitiva*, Marx (1984) infere que o sistema colonial constitui momento fundamental do capitalismo, pois “fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação” (MARX, 1984, p. 287). Além da extração secular de riquezas das colônias, por pilhagem, escravização e assassinato, esse sistema assegurou também um mercado de escoamento para os produtos manufaturados na Europa, funcionando como motor da acumulação de capital nestes países.

Voltando-se para a América Latina, esse momento, segundo análise de Cueva (1983), pode ser caracterizado como a ante-sala do subdesenvolvimento. Para ele, o ingresso das nações latino-americanas no sistema capitalista como partícipes da acumulação primitiva² em escala mundial, determinou seu processo de formação econômico-social, à medida que o estatuto colonial, ao impulsionar o movimento metropolitano à acumulação capitalista, freou o desenvolvimento nas áreas coloniais.

² Vale ressaltar que, aqui, o autor ultrapassa o entendimento de “acumulação primitiva” exclusivamente como etapa histórica do desenvolvimento capitalista, estendendo a concepção para um fenômeno permanente de acumulação de capital em escala global, que começa a se processar na América Latina a partir desse momento particular.

Se a colonização da América Latina está relacionada com algum movimento fundamental da história, esse movimento é a acumulação primitiva em escala mundial, entendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo (CUEVA, 1983, p. 24).

O processo que o autor denomina *desacumulação primitiva* refere-se a um período de expropriação de riquezas, ocorrido de forma a possibilitar o incremento do mercado mundial. O autor complementa sua análise, a partir de Marx, inferindo que “o excedente econômico produzido nessas áreas não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas, onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis, mas fluía ao exterior para converter-se, ali sim, em capital.” (CUEVA, 1983, p. 25).

Cueva (1983) analisa ainda que, no momento da emancipação do estatuto colonial, a fuga precipitada de riquezas significou o ponto culminante de um longo processo de desacumulação, configurando a principal característica da chamada *missão civilizatória*. Nesse sentido, o processo supracitado, moldado por mais de três séculos nos países latino-americanos, conformou a *herança colonial*, cujo legado determina a matriz econômico-social sob a qual as nações do continente terão que se organizar no momento da chamada independência, o que vai configurar um *padrão oligárquico-dependente de desenvolvimento capitalista*³.

A expansão do capitalismo mercantil, que inicialmente instaura nos países periféricos um processo embrionário de acumulação de capital para coadjuvar ao dos países centrais, marca, nos primeiros, o começo de um dilatado drama histórico, cujas

³ A via oligárquica trilhada por nosso capitalismo dependente é conformada, segundo Cueva (1983), principalmente por dois fatos: “o de que o capitalismo não se implante aqui mediante uma revolução democrático-burguesa que destrua de maneira radical as bases da antiga ordem, e o de que nasça e se desenvolva subordinado à fase imperialista do capitalismo. Os dois fatos guardam entre si uma estreita relação e se determinam mutuamente.” (CUEVA, 1983, p. 81).

contradições tornam-se mais complexas após a desagregação do sistema colonial. As *novas* sociedades latino-americanas, geradas a partir dos processos de independência, nascem baseadas na escravidão, na concentração de terras e na produção de bens primários voltados para o mercado externo, evidenciando que a emancipação do estatuto colonial, além de não significar a superação de determinantes fundamentais daquele período, manteve seu cerne e propiciou o aprofundamento de suas raízes.

O que denominamos *aprofundamento* refere-se ao processo que ocorre após a independência política dos países latino-americanos, nas primeiras décadas do século XIX, quando, a partir de uma estrutura construída durante o período colonial, esses países integram-se profundamente ao mercado mundial, em função dos interesses e necessidades da Inglaterra por ocasião da Revolução Industrial, em que,

ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando as exportações superam as importações – de dívidas (MARINI, 2000, p. 108).

É a partir desse momento que a América Latina vai cumprir uma particularidade histórica no âmbito geral de reprodução do capital em esfera mundial, dada estruturalmente pela dependência. A dependência, de acordo com análise de Marini (2000), pode ser entendida como uma relação de subordinação que ocorre entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou constantemente recriadas para assegurar a reprodução ampliada dessa condição.

A inserção periférica da América Latina no processo de acumulação capitalista em escala global, determinada por esse processo, estrutura-se a partir da formação de uma

divisão internacional do trabalho, que acaba por condicionar o desenvolvimento posterior da região dependente. Em seu ensaio *Dialética da Dependência*, Marini (2000) apresenta os mecanismos que determinam a produção e a reprodução de capital em escala ampliada, partindo das relações estabelecidas entre países centrais e países periféricos, e apontando suas consequências sobre a organização das sociedades dependentes. Segundo o autor, são estabelecidas relações comerciais que se baseiam em um sistema de trocas desfavoráveis, reatualizando permanentemente os termos do *intercâmbio desigual*.

Sendo assim, resta aos países latino-americanos exportarem produtos primários, essencialmente gêneros agrícolas e matérias-primas - cujos preços tendem a cair em relação aos produtos industrializados - e importarem tecnologias, equipamentos e maquinarias - de custo indiscutivelmente maior, considerando também o monopólio dos países centrais na produção destes produtos, o que lhes permite vendê-los por um preço mais elevado.

É dessa maneira que os condicionantes da dependência colocam uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é então apropriado no centro da acumulação mundial, sendo que tal dinâmica capitalista é garantida por uma maior exploração da força de trabalho na periferia, através da intensificação dos processos de extração de mais-valia. Esse mecanismo configura-se como uma atuação no sentido de produzir ainda mais valor, como resposta dada à depreciação de valor e da produtividade próprias aos países dependentes submetidos ao intercâmbio desigual.

De acordo com Marini (2000), é justamente o caráter contraditório da dependência latino-americana que confere uma dinâmica especial no âmbito das relações de produção do conjunto do sistema capitalista de produção. Ou seja, definitivamente se trata de um sistema que opera em conjunto, pois, também

pela dependência, os mesmos mecanismos que intensificam a exploração do trabalho na América Latina são utilizados para reverter o problema da tendência da queda da taxa de lucro⁴ nos países centrais. Dessa maneira, a América Latina desempenha funções na economia capitalista mundial que transcendem a resposta aos *requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais*.

Assim, o que aparentemente configura um dispositivo estrutural de compensação em nível de mercado, caracteriza-se como um instrumento que opera internamente no âmbito das relações sociais de produção, gerando, nos países dependentes, efeitos severos sobre o trabalho, por meio de três mecanismos, quais sejam, “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 125), que caracterizam o modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade.⁵ Há que se considerar que esses mecanismos impõem condições deploráveis de vida às massas, pois sua manifestação mais expressiva é que a força de trabalho é remunerada muito abaixo do seu valor real, ademais, há a ausência ou precariedade de um sistema de proteção social público.

Cabe referenciar também que a modernização capitalista na América Latina tende a agudizar a forte e contraditória

⁴ Segundo Marini (2000), a exploração do trabalho na América Latina contribui para a reversão do problema da queda da tendência da taxa de lucro nos países centrais, em virtude do continente fornecer matéria-prima e gêneros alimentícios a baixo custo para esses países, o que permite àqueles trabalhadores reproduzirem sua força de trabalho com menor custo, viabilizando, assim, uma diminuição do salário - o que caracteriza, para o capitalista, um aumento na extração de mais-valia relativa.

⁵ De acordo com análise de Marx (1983), a exploração, entendida como apropriação do valor produzido pelo trabalhador por parte do capitalista, também possui três mecanismos, quais sejam: a mais-valia relativa, a mais-valia absoluta e o pagamento de um salário que garanta a reprodução da vida do trabalhador e de sua família. Conforme assinalamos, na América Latina, a superexploração será conduzida a partir da agudização destes mecanismos.

relação de subordinação com o mercado externo ao se consagrar como *economia exportadora*. Esse modelo econômico - periférico e dependente - revela a situação do país e da região: a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial.

Desse modo, do ponto de vista genuinamente latino-americano, na medida em que, através de uma maior exploração do trabalhador, a forte e contraditória relação de subordinação com o mercado externo ajusta as relações de produção internas para a acumulação do capital em escala global, o capitalismo dependente institui - de modo sempre crescente - o pauperismo das massas, produzindo e reproduzindo, desta forma, uma intensa e crescente exploração do trabalhador, determinando, peculiarmente, os traços da chamada *questão social* no continente latino-americano.

Política social desde *Latinoamérica*

De acordo com nossa perspectiva teórica, a política social deve ser referida àquelas modalidades de intervenção do Estado na esfera dos conflitos que envolvem o processo de produção e reprodução das relações sociais. No âmbito do modo de produção capitalista consolidado, a política social surge como produto próprio da sociedade liberal-burguesa, como amortizadora do conflito social decorrente da luta operária, refuncionalizando-se também - simultânea e contraditoriamente - para atender as demandas decorrentes da reprodução social tipicamente capitalista, como mecanismo de aproveitamento lucrativo do excedente econômico, conforme lúcida formulação de Baran e Sweezy (1966), que será alvo de análise mais a frente.

Nessa perspectiva, a implantação de políticas sociais tem papel primordial na reprodução das relações eminentemente capitalistas. No terreno do capital, as medidas de políticas públicas, em termos de benefícios, serviços, programas e projetos, dedicados ao enfrentamento da chamada *questão social*, revelam-se, pois, em um tecido institucionalizado de dominação político-ideológica burguesa na esfera da reprodução social, que é movida pela necessidade do capital de preservação e controle da força de trabalho.

Netto (2006) situa esse processo na fase monopolista do capitalismo, em que o Estado adquire importância ímpar na engrenagem da acumulação capitalista, à medida que tal processo demanda *mecanismos de intervenção extra-econômicos*. Segundo sua análise, o Estado, que atuara como guardião das condições externas da produção capitalista, refuncionaliza-se sob a ordem monopólica, assumindo funções políticas, imbricadas organicamente com as suas funções econômicas.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (...) configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2006, p. 30).

Assim que o eixo da intervenção do Estado capitalista da idade dos monopólios, em plena atividade industrial do modo de produção capitalista maduro e consolidado, é direcionado para garantir os *superlucros dos monopólios*, por meio de medidas, ações e serviços diretos e indiretos, que incluem, pois, regulação e controle

da força de trabalho, tendo em vista a garantia da reprodução ampliada do capital. Entretanto, apesar dessa determinação essencial, a política social não deve ser considerada como *decorrência natural* do Estado burguês capturado pelo monopólio. Para Netto (2006), esse processo é permanentemente tensionado pela dinâmica das lutas de classes, de modo que as políticas sociais tornam-se “resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos.” (NETTO, 2006, p. 33).

A análise concreta da política social, portanto, deve levar em conta dois determinantes que condicionam sua materialidade: a participação do Estado no processo de acumulação de capital e a dinâmica da luta de classes. Todavia, realizar as promessas da política social, permeada pela luta de classes, implica a existência de um excedente econômico produzido pelos trabalhadores e, assim, apropriado pelo Estado.

Eis que chegamos a um ponto analítico primordial para a apreensão da política social na sociedade capitalista: o excedente. De acordo com estudo clássico de Baran e Sweezy (1966), a modificação essencial que opera o capitalismo dos monopólios, no curso da acumulação de capital, refere-se à substituição da lei da tendência decrescente da taxa de lucro pela *lei do excedente crescente*. Entretanto, o excedente econômico da sociedade, ou seja, “a diferença entre a produção social total e os custos socialmente necessários dessa produção” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 117) aparece, pela primeira vez, como um *problema* no capitalismo monopolista.

Segundo os autores, por conta da produção capitalista se tornar cada vez mais dotada de sofisticação tecnológica e da ampliação progressiva da produtividade do trabalho, o excedente econômico tende a aumentar expressivamente. No capitalismo monopolista esse aumento torna-se um *problema* em virtude

da incapacidade crônica de absorção do máximo de excedente efetivamente produzido, pois as formas clássicas de utilização do mesmo, quais sejam, o consumo e a acumulação capitalista, tornam-se incapazes de absorver produtivamente um excedente em crescimento constante, razão pela qual tem importância crucial o aproveitamento lucrativo do excedente de outras formas, de modo a abreviar as crises cíclicas do capitalismo.

Nessa esteira, Baran e Sweezy (1966) indicam que o aproveitamento lucrativo do excedente no capitalismo dos monopólios adquire ao menos três formas primordiais: a) despesas com publicidade, em campanhas que visam estimular o incremento do consumo, através da manipulação dos consumidores; b) gastos com a máquina militar, através da produção e comercialização de armas, manutenção e incremento das estruturas de guerra (internas e externas); c) despesas com a administração civil, na qual há a inclusão de gastos com a manutenção de funcionários públicos, força policial e políticas sociais, “temos, nesse item, a educação pública, estradas, saúde e higiene, conservação e recreação, comércio e habitação, política e bombeiros, tribunais e prisões, Legislativos e Executivos.” (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 155).

Assim, é do *problema* do excedente no capitalismo monopolista que emergem, em escala de massas, as medidas de intervenção da administração pública na esfera da reprodução social, dentre estas, a política social. Nesse sentido, a lógica de absorção do excedente pelo Estado burguês é a própria lógica de acumulação do capital, que em dada etapa do desenvolvimento das suas forças produtivas captura o Estado, como condição necessária à continuidade do processo de acumulação.

Este processo exige a precisão da especificidade latino-americana. Por aqui, historicamente, o Estado também foi moldado pela lógica de acumulação do capital. Todavia, as contradições desse processo têm outras proporções, à medida que o *problema* do excedente na América Latina é de outra ordem.

Como consequência, a política social que se desenvolve nestas latitudes também tem outras peculiaridades.

Vimos que o capitalismo dependente caracteriza-se como uma formação social particular de desenvolvimento capitalista em que o movimento de acumulação de capital, em escala internacional, conforma e condiciona cada dinâmica e estrutura interna. Como assinalado, as trocas desiguais que se estabelecem nas relações comerciais entre centro e periferia se configuram em transferência da mais-valia (na forma de excedente ou não) produzida na periferia para o centro. Em decorrência da dinâmica de acumulação, fez-se necessário o desenvolvimento de mecanismos que permitissem a compensação da perda de valor gerada por estas relações, pois as burguesias locais, em que pesem transferirem o excedente para o centro, também necessitam gerar lucros internamente. Daí a superexploração da força de trabalho operar como mecanismo fundamental de extração de *mais* mais-valia no continente latino-americano.

Eis que o excedente produzido na América Latina, portanto, fruto da mais-valia extraordinária que é acumulada através da superexploração da força de trabalho, é apropriado: a) pelo capital privado interno, ou seja, parte da mais valia gerada no interior da economia dependente, que permanece em solo nacional; b) pelo capital privado externo, ou seja, quando o capitalista estrangeiro é proprietário total ou parcial do capital produtivo e por esse motivo apropria-se total ou parcialmente da mais-valia gerada por seu empreendimento; c) pelo Estado, isto é, parte da mais valia gerada no interior da economia dependente é transferida ao poder público “a través de los impuestos directos al capital y a los sueldos, así como la parte de los impuestos indirectos que recaen sobre tipos de ingresos (ganancias, sueldos, etcétera); impuestos al trabajo o los impuestos indirectos pagados por los trabajadores (...)” (MARINI, 1979).

Por conseguinte, o que se pretende demonstrar é que, a partir da dependência gerada e reproduzida nos marcos do capitalismo em escala internacional, sua tendência é a concentração e centralização dos excedentes que resultam da acumulação interna nos centros dinâmicos do sistema mundial, caracterizando o *problema* específico do excedente latino-americano: à medida que “estivemos secularmente condenados, como produtores do que não consumimos para gerar prosperidades alheias” (RIBEIRO, 1991, p. 29), nosso excedente trilha o caminho do ser ao não ser, isto é, não encontra realização produtiva em território nacional. Marini (1980) elucida a questão:

En efecto, a diferencia de lo que sucede en los países capitalistas centrales, donde la actividad económica está supeditada a la relación existente entre las tasas internas de plusvalía y de inversión, en los países dependientes el mecanismo económico básico deriva de la relación exportación-importación: aunque se obtenga en el interior de la economía, la plusvalía se realiza en la esfera del mercado externo mediante la actividad de exportación y se traduce en ingresos que se aplican, en su mayor parte, en importaciones. La diferencia entre el valor de la exportación y de las importaciones, es decir, el excedente invertible, sufre pues la acción directa de factores externos a la economía nacional (MARINI, 1980, p. 6).

Portanto, os dois maiores montantes de excedente apropriado na economia dependente, quais sejam, aqueles apropriados pelo capital privado interno e pelo capital privado externo, a partir do mecanismo básico importação-exportação, são drenados para os países centrais. Desse montante, o que permanecer em solo nacional encontra dois caminhos, uma parte, aquela transformada em lucro, é acumulada nas mãos da burguesia nacional, e outra parte é usada na aquisição de bens para o consumo suntuário dos capitalistas. (MARINI, 1979).

Com relação àquela parte apropriada pelo Estado, bem como a sorte destinada a ela, acreditamos ser necessário fazer

uma breve digressão histórica para ilustrar o papel que o Estado desempenhou na conformação sócio-política e econômica na América Latina, tendo em vista apreender os determinantes da política social no continente, como também as características dessa relação na contemporaneidade.

Durante a vigência do estatuto colonial, cabia ao Estado latino-americano apropriar-se do excedente produzido na periferia para enviar à metrópole dominante. Por conta dessa ardilosa tarefa, os trabalhadores eram submetidos à escravidão ou semi-escravidão, de modo que o recurso da regulação social consistia em aberta e sangrenta repressão às lutas, movimentos, revoltas ou qualquer tipo de insubmissão dos trabalhadores aos ditames do estatuto vigente.

Com a dissolução do regime, a administração colonial no continente foi substituída por governos formalmente independentes, cujo comando remetia às débeis burguesias locais, forjadas no período precedente, ávidas a preparar o Estado como eixo fundamental da base local de desenvolvimento capitalista. Eis que o papel do Estado neste período é o de investir em infraestrutura, para preparar a estrutura social e econômica necessária ao movimento do capital em escala internacional, isto é, “trata de mobilizar instrumentos capazes de ampliar la escala del mercado, así como de acelerar la transferencia hacia el sector industrial del excedente creado por las exportaciones.” (MARINI, 1980, p. 15).

Seguiu-se ao período de industrialização, um período de implantação de ditaduras tecnocrático-militares que “va unido a la acentuación del papel directivo del Estado y al incremento considerable de los gastos militares, que se constituyen en escala creciente en demanda de una oferta industrial que no puede basarse en la expansión del consumo popular.” (MARINI, 1980, p. 17). A tarefa histórica do Estado ditatorial no continente foi dupla:

por um lado, promover os ajustes estruturais na nova ordem econômica e social, necessários à integração plena da região ao imperialismo mundial; e, por outro, reprimir as aspirações das massas, expressas nos movimentos de reformulação política que eclodiam no período⁶.

Dessa maneira, o *leviatã* latino-americano evolui como desdobramento da dominação externa no plano doméstico-local, sendo a expressão máxima e monopólica do poder econômico, social e político, com acentuado caráter autoritário. O Estado, portanto, historicamente constituiu-se como protagonista do projeto de (sub)desenvolvimento na periferia. Segundo Cueva (1988), a peculiar caracterização do Estado também é consequência do modo como ocorreu a inserção da América Latina no sistema capitalista imperialista mundial, que determinou uma específica formação sócio-histórica ao continente, “o sea, una situación de dependencia que no hace más que profundizar el carácter contradictorio de nuestro desarrollo y obstruir, de maneras diversas, la plana conformación de las entidades nacionales.” (CUEVA, 1988, p. 143).

A atual caracterização do Estado latino-americano é expressão fundamental da dependência, a partir da sua histórica constituição como determinante central ainda vigente. Assim, a sorte destinada ao excedente apropriado pelo Estado cumprirá três destinos: financiar o processo de acumulação a partir de frentes diversas, tais como investimento em estrutura, subvenções financeiras ao capital internacional, isenção ou redução de impostos, manipulação de preços, etc; pagar a dívida externa e seus juros, bem como os empréstimos realizados, dividendos

⁶ Não é possível delimitar precisamente o período cronológico de cada etapa do processo histórico supracitado à medida que tais processos ocorreram em frações temporais distintas em cada país latino-americano. Fizemos uma caracterização geral, considerando que o elemento substancialmente invariável no continente como conjunto histórico é a existência de uma *unidade na diversidade*, uma vez que todos os países do continente foram submetidos às mesmas condições seculares de exploração.

diversos e amortizações, enviando assim parte considerável do excedente diretamente aos países centrais; e, finalmente, sustentar o financiamento de precários mecanismos de proteção social, a segurança pública e demais investimentos na reprodução social internamente.

Assim, no caso latino-americano, é parca a fração do excedente econômico do capital utilizado para sustentar o financiamento das políticas sociais. Por esse motivo, a grande maioria das alternativas estratégicas para a expansão das garantias e direitos sociais no continente sempre atendeu à intensa e demorada luta política das massas. A concreta intervenção estatal, por meio de políticas sociais, e qualquer possibilidade de conquista social que pudesse significar melhoria nas condições de vida do povo latino-americano sempre foram produtos da luta de classe. A insurgência, a insubmissão, as lutas e demais processos políticos também foram uma constante no desenvolvimento da América Latina. Nos termos de Argumedo (1993), foram

(...) diversas formas de rebeldía abierta, insurrecciones y movimientos de protesta ante condiciones de expoliación que las masas de estos territorios nunca aceptaron pasivamente. Evidencias de la férrea decisión de afirmar su dignidad como pueblos, como comunidades, como hombres y mujeres, no obstante los periodos de aparente sometimiento, cuando el genocidio o la derrota obligaban a replegarse hasta recobrar fuerzas o encontrar nuevas oportunidades de insurrección (ARGUMEDO, 1993, p. 16-17).

Apesar do vínculo genético existente entre a política social capitalista e os processos de legitimação da ordem, que o Estado periférico e as classes dominantes internas/externas delinham para as massas, a dimensão histórico-política da luta de classes constitui, portanto, um vínculo igualmente essencial, principalmente na América Latina, onde o capitalismo foi erigido sobre a agudização de suas contradições e a desumanização da dominação. O papel do Estado dependente, de criar condições internas para a valorização

do capital externo, não esvazia o potencial político fundamental que assume nestas economias. É preciso considerar “la capacidad que tiene de transferir hacia sí parte de la plusvalía generada por el capital privado, la de producir él mismo plusvalía y, finalmente, la de captar parte del capital variable de los salarios pagado a la fuerza de trabajo” (MARINI, 1979), como também a capacidade de gerir os excedentes provenientes dos recursos naturais, de modo que tal margem permite a dinamização do mercado interno e a realização de políticas sociais.

Desta maneira, para além da alocação autoritária do excedente a partir de decisões planejadas em “gabinetes indevassáveis e reuniões nos recintos à prova de som” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 242), as políticas sociais devem almejar o horizonte da decisão coletiva que realmente concretiza direitos sociais, em busca da satisfação das necessidades humanas das massas. Desde a América Latina, em virtude da materialidade histórico-concreta da superexploração da força de trabalho e seus reais efeitos sob as condições de vida das massas, acreditamos que é preciso construir políticas sociais a partir de esquemas próprios, que afastem as tradicionais configurações que se baseiam exclusivamente no mercado de trabalho formal e/ou com formulações que seguem os modelos ditados a partir dos organismos multilaterais.

Assim, consideramos que uma razão de política social radicalmente própria deve se alimentar diretamente da disputa entre as classes sociais, reconhecidas pelos Governos democráticos como engrenagens especiais para a democratização do acesso ao excedente coletivamente construído pela classe trabalhadora. A política social latino-americana remete à necessidade de inversão do fluxo político-econômico próprio do Estado burguês dependente - de mecanismo de financiamento da acumulação de capital em escala mundial - transformando-o, pela mobilização protagônica da população, em território de expansão das garantias e direitos sociais.

A dimensão da luta de classe é, por vezes, negligenciada na medida em que política social é unilateralmente um sinônimo das concessões de determinada fase do capitalismo ou identificada com ganhos legais que conformam direitos. No entanto, banir a esfera política dos determinantes fundamentais da política social remete à desconsideração da processualidade histórica como *práxis*, como dinâmica das classes em luta. A luta na América Latina é a referência concreta à história que não se esquece nem se vende tampouco se arrenda um só hectare de seu esquecimento⁷, bem como à esperança em outra história, aquela que vamos construir.

Referenciar as políticas sociais na disputa pelo excedente econômico historicamente expropriado das massas trabalhadoras superexploradas da América Latina, remete à busca de uma política social para além daquelas tradicionais de corte liberal-conservador, cujo objetivo é *minimizar os efeitos da pobreza*, estimulando a tomada de responsabilidade pela chamada *sociedade civil*. É preciso negar esquemas meritocráticos e particularistas de acesso ao direito social, que delegam ao cidadão pobre a responsabilidade por suas privações, como se as mesmas constituíssem chagas particulares do indivíduo, e que pulverizam ações fragmentadas de caráter emergencial perpetuando, assim, a subalternidade da população trabalhadora.

O campo do direito social, bem como da política social que o materializa, como sabemos, não é alheio de contradições. Sabemos também que eventuais alterações na correlação de forças no âmbito das relações de reprodução social, decorrentes dos processos políticos em torno dos direitos sociais, não possuem

⁷ Em alusão à caracterização poética de Mario Benedetti no poema *Um pai-nosso latino-americano*: “(...) ainda nos devem quase um século de insônias e garrote, quase três mil quilômetros de injúrias, quase vinte medalhas a Somoza, quase uma só Guatemala morta; não nos deixe cair na tentação de esquecer ou vender este passado ou arrendar um só hectare de seu esquecimento; agora que é a hora de saber quem somos e hão de cruzar o rio, o dólar e seu amor contra-reembolso (...)” (BENEDETTI, 1988, p. 237).

capacidade orgânica de atuar decisivamente junto às estruturas, isto é, junto aos aspectos essenciais da luta de classes, no que se refere ao combate à exploração capitalista e às relações de propriedade privada sobre as quais essa exploração se assenta.

Entretanto, ao passo que remetemos para a luta política o campo das políticas sociais na América Latina, estamos reconhecendo que o limite intransponível da propriedade privada não anula outras possibilidades que podem ser construídas a partir dessas políticas, principalmente no que se refere aos processos políticos que podem se desencadear a partir da agudização das contradições econômicas e sociais no terreno específico da luta de classe. No horizonte da socialização da riqueza socialmente produzida, bem como das estruturas de poder político, a política social pode ser motor de uma nova institucionalidade democrática, contribuindo para uma dinâmica de transformação social que *mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes*.

Considerações finais

O prisma latino-americano ora referenciado reporta à tentativa de contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva autônoma e crítica do modo de perceber o mundo, ou seja, especialmente partindo da concreticidade de um espaço/tempo que nos pertence, que encerra determinadas contradições por ter uma peculiaridade histórica que deve ser resgatada, defendida e analisada, buscando-se apreender as veias mais entranháveis do continente, o cerne que nos faz a todos - povos de distintas nações - latino-americanos. Nessa perspectiva, a partir da particular configuração histórico-estrutural da *América Morena*, é que buscamos uma versão da história que efetivamente possa nos explicar ou, nos termos de Ribeiro (1986), “assim como o passado do mundo não foi nosso passado, o seu presente não é

nosso futuro; somos evolutivamente de outro fuso temporal.” (RIBEIRO, 1986, p. 97).

Por esse motivo, tratamos de *latinoamericanizar* a análise, ou seja, considera-se que, nestas latitudes, situar e analisar os fenômenos sociais em seu contraditório e complexo processo de produção e reprodução, frente às múltiplas causas que os determinam em uma perspectiva estrutural, significa considerar como fio condutor da análise a totalidade concreta. No entanto, cabe destacar que se trata de uma *determinada idéia de totalidade concreta*, conforme elucidada Argumedo (1993), o que justifica a extensa citação:

En rasgos muy generales, entendemos por *totalidad* una mirada que no sólo contemple en sus principales tendencias los factores y contradicciones que juegan en una sociedad determinada sino, además, la articulación de estos procesos en su relación con otras sociedades, con la dinámica internacional en un momento histórico dado. No se trata de reivindicar entonces en un idea de *totalidad* cerrada sobre sí misma ni de ignorar la obvia dificultad de incluir *todos* los factores que intervienen en los procesos históricos y sociales. La noción de *totalidad* que utilizamos pretende recuperar una visión comprensiva, abierta y dinámica, que cuestione las interpretaciones parcializadas y permita incluir lo excluido, señalar los silencios. Una idea de *totalidad* que reconoce la riqueza y complejidad del desarrollo de las sociedades y plantea la elaboración de hipótesis, diagnósticos o supuestos acerca de las tendencias fundamentales que actúan en los fenómenos sociales, sin caer en un generalismo abstracto o en negar la relativa autonomía con que puede encararse el conocimiento y la investigación de aspectos específicos (ARGUMEDO, 1993, p. 73-74).

Para ela, trata-se de abolir as totalizações reducionistas e apreender a realidade a partir de uma noção de conjunto histórico, permitindo ultrapassar uma suposta visão científica que, ao parcializar os fenômenos sociais “ve sólo el rostro del progreso y no el del espanto” (ARGUMEDO, 1993, p. 77), contribuindo

para uma falsa modernidade e para um *nós* que não considera o outro, em outras palavras, os que compõem as massas populares historicamente espoliadas da América Latina.

Nesse escopo, faz-se necessário apreender o conhecimento histórico e estrutural da realidade latino-americana na conexão com o todo, visando - na consideração das múltiplas determinações que enredam heterogeneidades e similitudes de proporções continentais - compreender nas raízes do passado o nosso presente e, assim, ter apontamentos concretos com relação ao futuro dos povos que habitam esses rincões.

Em *Nuestra América*, a realidade periférica e dependente, nos marcos da modernização capitalista, em escala global, engendra padrões e regulações bastante distintas dos países centrais, distinção esta que repõe em escala ampliada as contradições da sociedade de classes e, nessa medida, obstáculos e desafios ímpares para a luta social dos povos.

Foi dito, com base nos estudos de Marini (2000), que o capitalismo dependente é uma formação social que acentua até o limite as contradições que são próprias ao modo capitalista de produção. Sabe-se, a partir de Marx (1984), que a exploração do trabalhador não é específica das economias periféricas, à medida que remete ao modo de produção capitalista em si mesmo. No entanto, o que pretendemos demonstrar é que “as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada.” (MARINI, 2000, p. 160).

Desde a América Latina, importa ressaltar que a participação da região no sistema capitalista mundial contribuirá para que o eixo da acumulação nos países centrais se desloque cada vez mais da produção de mais-valia absoluta à produção de mais-valia relativa, ou seja, “que a acumulação passe a depender mais do aumento

da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.” (MARINI, 2000, p. 113), porém, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permitirá a processualidade desse mecanismo nos países centrais, segue fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.

Assim, a manifestação da lei geral da acumulação de capital nas economias latino-americanas, a partir do fundamento da dependência, ou seja, da superexploração da força de trabalho, é a dificuldade de realização da produção internamente, a produção cada vez maior de mais-valia extraordinária, o aumento no exército industrial de reserva⁸ e a conseqüente deterioração das condições de vida das massas. Aqui, os mecanismos utilizados no processo de extração da mais-valia pelas burguesias locais traduzem-se na realidade cotidiana dos trabalhadores em elevados índices de pobreza e miséria, em virtude do desemprego estrutural, do subemprego, do trabalho informal, do rebaixamento salarial e da ampliação da jornada de trabalho.

Portanto, a partir do *rigor conceitual e metodológico* crítico-dialético e dos caminhos abertos pela teoria marxista da dependência, um núcleo de determinações ganha enorme relevância em função da natureza da extração da mais-valia por meio da superexploração da força de trabalho. Na análise das políticas sociais, não se pode perder de vista as tarefas que a construção da soberania dos povos e países da América Latina impõe: a plena socialização da riqueza e o exercício do poder, nos seus níveis políticos, culturais, econômicos e sociais. Assim, nas trilhas abertas pela luta dos povos latino-americanos em direção à emancipação humana, a análise crítica das políticas sociais tem como horizonte a realização de uma práxis teórica e política potencializada pelas estratégias organizativas populares de pertencimento a um projeto coletivo

⁸ Sobre a especificidade e o movimento do *exército industrial de reserva* na América Latina consultar Marini (1979).

de classe, radicalmente democrático, portanto revolucionário e anticapitalista (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Na agenda neoconservadora, a política social restringe-se a mecanismo focal de minimização dos piores efeitos da pauperização, transferindo responsabilidades para a chamada *sociedade civil*, termo sutil da privatização dos serviços públicos. Em direção análoga, tal agenda reforça metodologias subalternizadoras de vigilância e controle sobre os indivíduos, sustentadas na visão de que as problemáticas sociais são chagas particulares dos indivíduos. A síntese deste modelo é um arranjo pulverizado de ações emergenciais, que nem de longe se propõem à transformação, sequer imediata, das condições de vida da população. Ademais, na América Latina tais políticas sociais jamais foram pujantes e decisivas na garantia das necessidades sociais em escala de massas. No continente, o desenho revela insuficiência, e é voltado especialmente a setores médios de trabalhadores formais.

Todavia, na disputa com a alocação autoritária, fruto de decisões do governo e das agências multilaterais, as políticas sociais devem almejar o horizonte da ação coletiva que realmente concretiza direitos sociais, em busca da satisfação das necessidades humanas. Por esse motivo, continua a ser decisiva a organização política das massas subalternas, na resistência e combate aos processos destrutivos de reprodução do grande capital, que cada vez mais comandam a dinâmica interna de produção e reprodução da vida material na América Latina, especialmente nessa conjuntura de crise estrutural do capitalismo.

Nutridas pela perspectiva da luta de classes, portanto, as políticas sociais revelam-se engrenagens reconhecidamente especiais para a democratização dos sistemas de transferências do excedente, por meio das receitas públicas, invertendo o atual fluxo político - de exclusivo mecanismo de financiamento da acumulação do capital -, podem ser transformadas, pela

mobilização protagônica da população, em estratégias de expansão das garantias e direitos sociais, numa perspectiva de socialização das estruturas de poder político. Nessa medida, as políticas sociais devem se subordinar à organização do protagonismo popular e às suas soberanas decisões quanto à utilização dos recursos públicos, consagrando assim uma nova dinâmica, por meio da luta social pela radicalização da democracia.

Referimo-nos, pois, à radical democratização das relações de poder político e ao acesso à riqueza social como estratégia que deve ser potencializada pela luta social dedicada a erradicar os processos de dominação, exploração e exclusão sociocultural, aos quais estão submetidas as massas superexploradas do continente latino-americano. A superexploração da força de trabalho, expressa na exploração extremada e na conseguinte pauperização crescente das majorias na América Latina, conforma uma realidade social na qual “a decência é substituída por uma degradante bestialidade” (LONDON, 2003, p. 227), esta última operando constantemente pela perpetuação e aprofundamento dessa condição.

Assim, ao passo que um projeto de radicalização democrática, genuinamente latino-americano e libertário, em todos os níveis, “deve resolver três aspectos fundamentais da vida social: soberania nacional, justiça social e o exercício democrático do poder” (OURIQUES, 2005, p. 132), podemos inferir que, tal como parece indicar o processo que já anuncia outro curso, em países como Venezuela, Bolívia e Equador, a política social pode constituir-se em uma ferramenta estratégica para deflagrar a efetiva participação da população, na contramarcha dos processos de subalternização política, expropriação econômica e exclusão sociocultural.

Do que se trata é desvendar os vieses da luta política cotidiana dos indivíduos, grupos sociais e movimentos organizados no acesso aos bens e direitos sociais, numa combinação entre a regência das necessidades humanas - do corpo ou do espírito - ou

como diz Marx - do estômago ou da fantasia - e a satisfação ética, coletiva e justa destas necessidades. Há que se propor e debater uma nova práxis de luta, na qual a política social deixe de ser instrumento exclusivo ou mecanicamente subordinado ao capital, no sentido de preservar a acumulação, para - referenciada no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas - operacionalizar mecanismos de realização da participação e da autonomia.

Submetido em 30 de outubro de 2009 e aceito para publicação em 15 de março de 2010

Referências

ARGUMEDO, A. *Los silencios y las voces en América Latina*: notas sobre el pensamiento nacional y popular. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1993.

BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista*: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.

BENEDETTI, Mario. Um pai-nosso latino-americano. In: _____. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Record, 1988. p. 233-237.

CUEVA, A. *La teoría marxista*: categorías de base y problemas actuales. México: Letraviva, 1988.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

LONDON, J. *O tacho de ferro*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MARINI, R. M. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, U. (Coord.). *Mercado y dependencia*. México: Nueva Imagen, 1979. p. 37-55. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm>. Acesso em: 15 maio 2007.

_____. *Subdesarrollo y revolución*. 10 ed. México: Siglo Veintiuno, 1980.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes;

Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 105-165.

MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política* (grundrisse) 1857-1858. 20 ed. México: Siglo Veintiuno, 2007. V. 1.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 323-404.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. V. 1, t. 1.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. V. 1, t. 2.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OURIQUES, N. A revolução democrática bolivariana: uma utopia latino-americana. In: _____. (Org.). *Raízes no libertador: Bolivarianismo e poder popular na Venezuela*. 2 ed. rev. Florianópolis: Insular, 2005b. p. 129-151.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *Revista Katálysis*, Florianópolis: Ed. UFSC, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006, p.166-175.

RIBEIRO, D. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1986.

_____. O Povo Latino-americano. In: *Carta: falas, reflexões, memórias*. Informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro. Brasília: Senado Federal, n. 2, 1991.

_____. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VIEIRA PINTO, A. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.